

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Jornal de Brasília Class.: Amaz/Res. Externos
 Data 05/12/90 Pg.: 14



Na Região Amazônica serão prioritários o zoneamento econômico-ecológico, garimpo e índios

CEE recebe projeto para desenvolvimento amazônico

A Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema) apresentou ontem aos integrantes da missão da Comunidade Econômica Européia (CEE) a versão preliminar do "Programa piloto para a Região Amazônica". Na reunião, realizada no Ministério das Relações Exteriores, foram discutidas entre os técnicos brasileiros e da Comunidade Econômica Européia as linhas prioritárias para uma outra apresentação, no encontro tripartite — CEE, Banco Mundial e Governo brasileiro — que será realizada na próxima semana em Washington.

As linhas prioritárias definidas no encontro são projetos que envolvem o zoneamento econômico-ecológico, ao garimpo, as comunidades indígenas e urbanas da região e as reservas extrativistas. A proposta está sujeita a alterações e emendas, e a versão final será concluída no encontro em Washington. O programa se divide em duas partes, uma estrutural e uma demonstrativa. A primeira parte propõe a realização de programas para estimular a participação dos governos Federal, Estadual e Municipal na área de meio ambiente. Além disso, ainda prevê a participação de organizações não-governamentais na solução de problemas considerados críticos. Na segunda parte são indicados projetos demonstrativos através de desenvolvimento sustentado (quando é desenvolvido um projeto onde

não havia nada antes).

O "Programa Piloto para a Região Amazônica" é uma resposta do Governo brasileiro à oferta de apoio feita pelos sete países mais ricos, durante a reunião de cúpula do "Grupo dos Sete", em junho, e Houston (EUA). Na ocasião foi assinada uma declaração conjunta de compromisso dos países ricos em colaborar com o Brasil na proteção da Floresta Amazônica. A iniciativa do apoio veio do chanceler ale-

mão Helmut Kohl. De acordo com esta declaração o Bird e o CEE deverão apresentar na reunião de cúpula de 91 um programa para o manejo e uso-sustentado da Amazônia.

Este programa foi elaborado pela comissão interministerial criada pelo governo em outubro, composta por técnicos da Secretaria de Meio Ambiente, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Economia e do (Ibama).

Noronha tem acesso restrito

Nenhum navio ou qualquer outra embarcação de turismo poderá atracar na ilha Fernando de Noronha sem autorização do governo de Pernambuco, responsável pela administração da ilha. A informação é do governador Carlos Wilson que, ontem de manhã, acompanhado dos secretários da Indústria, Comércio e Turismo, Alexandre da Fonte, e do de Meio Ambiente, Nelson Borges, reuniu-se com a presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Tânia Munhoz.

Segundo o governador Carlos Wilson, o turismo em Fernando de Noronha será feito, a partir de agora, de forma organizada, com o objetivo de não comprometer a ecologia da região. Na ocasião, o governador de Pernambuco apresentou

a Tânia Munhoz o projeto de exploração turística de Fernando de Noronha, elaborado pelas Secretarias de Indústria, Comércio e Turismo e pela recém-criada Secretaria de Meio Ambiente. Mesmo o governo pernambucano sendo o administrador da ilha, cabe ao Ibama a palavra final sobre qualquer alteração introduzida na região. É que ali existe um Parque Nacional Marinho e funciona uma Área de Proteção Ambiental (APA), sob a responsabilidade do Ibama, que ocupam toda Fernando de Noronha.

No encontro com Tânia Munhoz, o governador Carlos Wilson mostrou um prospecto com informações sobre o primeiro cruzeiro marítimo promovido pelo Governo do Estado na ilha, e que faz parte do projeto oficial de exploração turística do local.